



Poder Popular



O FOLHETIM DOS PACOTES:

PORTUGAL VENDIDO AO IMPERIALISMO!

REFORMA AGRÁRIA:

OS TRABALHADORES DEFENDÊ-LA-ÃO

**DIREITO À HABITAÇÃO?
NÃO!
DIREITO AO DESPEJO!**

TERROR FASCISTA NA ALBA:

DESPEDIDO DELEGADO SINDICAL

- Aumento do custo de vida, dos transportes e das rendas de casa
- declaração de "situação económica difícil"
- desrespeito dos contratos colectivos
- desintervenção e despedimentos em série

Sorrisos e prendas para os exploradores cacete e mordança para os trabalhadores



TRABALHADORES DE "O SÉCULO" NÃO ACEITAM ENCERRAMENTO!

A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA NA IMPRENSA

É possível resistir, lutar e vencer!

As resoluções do Conselho de Ministros de 31/8/77 para a «reestruturação» da Imprensa não têm muito que ver. Elas visam a legalização do famoso plano Roque Lino. E, além disso, não são mais do que a aplicação, no sector da Informação, das medidas do «Pacote 2». Aliás, na prática, nós já conhecemos bem tais medidas. Nós e todos os trabalhadores portugueses. Não foi preciso saírem as leis dos «pacotes» para sabermos que a recuperação capitalista está em marcha há muito tempo, e que o imperialismo, pela mão dócil do Governo do dr. Soares, repete e explora desenfreadamente em Portugal. Pergunte-se aos trabalhadores do sector da Informação, dos Têxteis, dos Metalúrgicos, etc.: quantas empresas, no decorrer deste ano, já foram encerradas? Quantos trabalhadores (quantos milhares) têm sido despedidos, quantas CT's e delegados sindicais não foram «saneados» pelo patronato?

As medidas de «reestruturação» da Imprensa (ou as dc «pacote 2», como preferirem chamar-lhas) não espantam ninguém, porque são a expressão legal, governamental, dos processos de acção daquilo que todos vêm: a ofensiva imperialista em Portugal.

Tudo isso é sabido. O que importa agora analisar e gritar bem alto é que é possível resistir contra a ofensiva da burguesia, é possível lutar e vencer! O que importa dizer, para além da denúncia estrita do Governo, é que os trabalhadores da Comunicação Social, como todos os trabalhadores portugueses, podem e devem seguir o caminho da luta, que é possível erguer a resistência popular activa que ponha cobro às leis reaccionárias dos órgãos do Poder, e que esse caminho já foi apontado por muitos camaradas em muitos locais de trabalho, em diversos sindicatos!

COMUNICAÇÃO SOCIAL Os revolucionários apontam o caminho da luta Reformistas e revisionistas conduzem à capitulação

A luta dos trabalhadores da comunicação social (cuja situação já foi analisada num comunicado do MES) atingiu um ponto decisivo: por um lado, as mais drásticas medidas governamentais, algumas das quais já aplicadas há muito na prática, acabam de ser aprovadas em Conselho de Ministros (despedimentos, reprivatizações, encerramento de empresas, saneamentos, etc.); por outro lado, os revolucionários agindo organizadamente sobre as condições existentes, lançaram no início de Agosto as bases da organização unitária do sector, ao fazerem aprovar a convocação de todas as comissões sindicais, CT's e direcções sindicais maioritárias das empresas estatizadas da comunicação social.

De facto, quando o sector se encontra sindicalmente despido (existem mais de 30 sindicatos representativos do sector, nenhum deles lutando pela verticalização); quando os trabalhadores, desmobilizados pelas direcções sindicais e CT's reformistas, «lutam» individualmente, incapazes de ultrapassarem a defesa passiva dos seus interesses localizados por empresa (e mesmo assim inconsequentemente); quando o Governo tem um projecto de «reestruturação» global, ao passo que os trabalhadores não possuem sequer o embrião duma direcção em bloco para o sector; quando estes e outros factores se juntam, apontando a derrota iminente dos trabalhadores, um grupo de delegados sindicais soube

avancar propostas de luta correctas, que permitirão organizar a resistência e que se resumem em 2 palavras de ordem: — forjar uma direcção revolucionária que aponte o caminho da resistência e luta; — mobilizar, unir e organizar os trabalhadores para vencer.

No entanto, se a justeza destas bandeiras de luta e das propostas consequentes é irrefutável, o seu êxito está parcialmente comprometido por aqueles que traem, desmobilizam e desorganizam activamente os trabalhadores — e que não surgem só nas bem conhecidas manobras (divisionistas e desmobilizadoras) do Governo. Vejamos, pois, que num este momento conduz conscientemente os trabalhadores à derrota.

A «MAIORIA DE DIREITA» E O PCP

Um projecto como é o projecto Roque Lino (pois as medidas governamentais são a sua aplicação numa primeira fase), que ataca tão violentamente os trabalhadores, só pode ser levado à prática sem qualquer resistência nos locais de trabalho se houver uma força organizada que abra o caminho à sua aplicação, recorrendo quer à desmobilização, quer às ilusões das formas de luta reformistas, quer aos boicotes dos centros de organização e direcção de classe que apontem o caminho da resistência através da unidade e luta.

No caso do sector da comunicação social estatizada, o PS, com largas bases de apoio eleitoral, apesar da sua fraca capacidade propagandística e organizativa, age naturalmente no sentido de abrir caminho à acção do seu governo. Contudo, a pouco e pouco muitos camaradas são «radicalizados» pelas medidas do Governo, pelo agravamento das con-

O encerramento do jornal «O Século» é uma gota de água no oceano da recuperação capitalista. Os trabalhadores daquele jornal sabem-no bem. A luta contra tais medidas só pode ser ganha na unidade com todos os trabalhadores, pois todos são atingidos por esta política. Por isso, em frente a S.Bento, os manifestantes que na passada quarta-feira protestaram contra o encerramento do século, aprovaram uma moção onde designadamente se afirma:

«(...) O repúdio pelas medidas governativas de «reestruturação» e o seu antecedente directo, o «pacote 2», por considerarem que tais resoluções visam aumentar o desemprego e recuperar a economia do ponto de vista capitalista à custa dos trabalhadores».

«(...) Apela para que o Movimento Sindical organize o mais breve possível uma jornada de luta a nível nacional pela defesa das conquistas dos trabalhadores, contra o aumento do custo de vida, pelo direito ao trabalho, pela liberdade, contra a repressão».

dões económicas dos trabalhadores e pela política capitalista e imperialista do próprio PS. Verificamos assim que enquanto os camaradas que apoiam o PS hoje se rebelam contra o «Plano Roque Lino» e estão dispostos a lutar contra ele, enquanto isso, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa (lista formada nos gabinetes do PS) não só não apela à luta como afirma que... não há nada a fazer, pois as medidas governamentais já estão aprovadas! Isto servirá de lição aos camaradas que ainda não viram, na prática diária, qual o papel do reformismo.

Mas há outra força organizada no sector coo graves responsabilidades por fazer objectivamente o jogo do Governo — o PC. De facto, pelo seu peso de tradição e organização (no sector dos gráficos em especial), caberia ao PC, que surge aos olhos de muitos trabalhadores como verdadeiro partido de esquerda, a responsabilidade de organizar a resistência activa contra a recuperação capitalista na Imprensa. Na realidade, qual é a sua prática? O PC, como todas as forças revisionistas e reformistas, desarma os trabalhadores perante a ofensiva da burguesia, conduzindo-os assim, tarde ou cedo, à derrota.

Temos as direcções sindicais revisionistas a pedincharem junto dos órgãos do Poder uma esmola para os trabalhadores — como se os próprios órgãos que nos atacam, que criam o desemprego por i-i, que mandam fechar empresas, que suspendem o CCT, etc., pudessem, de viva vontade, anular tudo isso e tomar medi-

das que sirvam os trabalhadores! E vimos esses mesmos revisionistas a oporem-se à formação de um Secretariado dos trabalhadores das empresas estatizadas; e vemos-os ainda a tentarem desesperadamente evitar a convocação de um plenário geral dos trabalhadores da comunicação social.

Aliás, a posição do PC fica claramente expressa no seu comunicado sobre a «reestruturação» da Imprensa, de 2/9/77. Depois de um longo texto de análise económica e «jurídica», conclui afirmando: «O PCP reafirma que, neste como noutros campos, o cumprimento da Constituição e das leis e a participação organizada dos trabalhadores são, para além das exigências da via democrática, condições para o êxito, justa e eficaz de quaisquer medidas». Perguntase: mesmo considerando que a participação dos trabalhadores (?) basta para garantir a defesa dos seus interesses de classe, como é que essa participação é garantida? O comunicado fala no cumprimento da Constituição; de novo perguntamos: como se garante o seu cumprimento? Evidentemente que tudo isto só seria possível numa perspectiva de luta. Contudo, o comunicado não aponta quaisquer propostas concretas de luta, nem sequer fala em semelhantes coisas nem na necessidade de resistir. Mais uma vez o PC deixa os trabalhadores totalmente desarmados face ao imperialismo e à burguesia. Tanto bastaria para provar qual o papel dos revisionistas e dos reformistas na recuperação capitalista na Imprensa e noutros sectores.

cial estatizada e passaria pelo desencadear de formas de luta globais e solidárias sempre que em uma das empresas os trabalhadores fossem lesados nos seus interesses fundamentais. Mais uma vez os revisionistas, agora em maioria no Secretariado, boicotam a discussão e aprovação destas propostas. Mais uma vez, porém, se vêm na iminência de serem obrigados a recuar, porque em todas as empresas os trabalhadores aprovam espontaneamente aquelas propostas.

Assim, o PC, que ainda consegue actualmente paralizar os órgãos de direcção (Secretariado e sindicatos vários), encontra-se num ponto crítico: ou cede a iniciativa de direcção (ou mesmo a maioria no seio desta) aos revolucionários (isto é aqueles que actualmente defendem a necessidade, na prática, de resistir de lutar organizadamente contra as medidas que ameaçam os trabalhadores), ou se isola nos locais de trabalho. Aliás, há já muito que largos sectores das suas bases reconhecem a justeza das propostas de luta e as aprovam.

Há ainda outro trunfo importante para o Governo e todos os que traem os trabalhadores, e que nós devemos combater incansavelmente: em muitas empresas há quem agite a ideia de que nessas empresas o plano Roque Lino não será aplicado com a mesma violência que nos outros locais. Isto serve para dividir e enfraquecer o campo que se opõe ao projecto do Governo, tanto mais que a prática dos órgãos do poder mostra que assim que uma parte dos trabalhadores estiver destracada pela aplicação do plano algumas empresas, será fácil passar à aplicação desse mesmo plano em empresas onde a resistência dos trabalhadores poderia ser decisiva, com a condição de poderem contar com a solidariedade activa de todos os trabalhadores das outras empresas; e evidentemente que isto não será possível quando, por exemplo, os 850 trabalhadores da SNT — «O Século» estiverem no desemprego.

Curiiosamente, verifica-se e que ideias como a referida, destinadas a dividir o campo dos trabalhadores, surgem e são alimentadas em empresas onde as CT's (isto é, os órgãos de direcção dos trabalhadores no local de trabalho) albergam maioritariamente os homens de confiança do PC.

Porém, como foi afirmado no plenário do «Século», há um direito inalienável dos trabalhadores que jamais poderá ser revisto, destruído ou boicotado: o direito de lutar até à vitória final. E as propostas de organização e luta, propostas que os revolucionários sabem defender e levar à prática unificando a luta em todos os sectores de trabalho e erguendo a resistência popular activa, há-de afirmar-se cada vez mais claramente, dia a dia, em cada local de trabalho, em cada sindicato.

Só o caminho da resistência popular activa pode pôr uma barreira eficaz às leis que, passando em S. Bento ou nos Passaralindos, não podem passar nos campos, nas fábricas ou nos jornais.

UNIR, ORGANIZAR, RESISTIR, LUTAR PARA VENCER

A realização de um plenário de comissões sindicais, CT's, e direcções sindicais de todo o sector da comunicação social estatizada (que abrange imprensa periódica, RDP, RDT, editoras, distribuidoras e empresas de publicidade) marcou um importante salto em frente na luta dos trabalhadores, pois estes em nenhuma das empresas tinham capacidade para resistir isoladamente. Este processo, que culminou com a eleição de um secretariado do sector num desses plenários, marca a unificação da resistência organizada e com ela surgem as primeiras propostas de luta capazes de ultrapassar o mero aventurismo e não deixarem isolar os trabalhadores. Com ela começam os reformistas a isolarem-se, pois, ao oporem-se frontalmente a propostas justas que os trabalhadores reconhecem já em muitas empresas, e ao tentarem boicotar desastrosamente o processo, mostraram a sua verdadeira face.

A segunda fase de resistência organizada à recuperação capitalista do sector é lançada já a partir do Secretariado formado, através de uma proposta de acção e luta que ultrapassa os limites das denúncias de cúpula e das protestos de reformas legais, concretizando plenários de empresa, num processo que culminaria num plenário geral dos trabalhadores de comunicação so-



Um livro oportuno que aconselhamos vivamente nas livrarias — 150\$00

ASSINATURA Poder Popular MES Jornal Quinzenal ... Sai às 5.ªs feiras Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista 6 meses 70\$00 12 meses 130\$00 apoio 250\$00 estrangeiro Europa 500\$00 Nome Morada Profissão ENVIO CHEQUE N.º BANCO ENVIO VALE DE CORREIO N.º

Subsídios e facilidades para os capitalistas, miséria e desemprego para quem trabalha!

O «Pacote 2» imposto pelo Fundo Monetário Internacional representa mais um passo na política burguesa de recuperação capitalista patrocinada pelo Imperialismo e docilmente aplicada pelo Governo do dr. Soares.

Cheio de prendas e «surpresas» para o grande capital nacional e estrangeiro, o «Pacote 2» representa o agravamento da política de recurso sistemático ao aumento dos preços e aos despedimentos, pelo Governo e pelo patronato, para descarregar para cima de quem trabalha o preço da crise capitalista.

A desvalorização do escudo e o aumento das taxas de juro são medidas que, para além de satisfazerem as pressões imperialistas e agravarem as dificuldades de muitas pequenas empresas, só tem um resultado: **umentar ainda mais os preços e a carestia da vida!** (que só este ano deve ser de 40 por cento).

reconversão da economia à custa dos trabalhadores

A subida dos impostos cobrados sobre os combustíveis e, portanto, dos respectivos preços, para além de agravar ainda mais os desequilíbrios do complexo industrial de Sines lançado pelo grande capital monopolista antes do 25 de Abril e confirmado pelo Governo com o dispêndio de milhões de contos, só terá um resultado: **o aumento do preço dos transportes!** (fala-se já em mais de 20 por cento a partir de Janeiro)

A actualização e liberalização das rendas de casa prometida pelo Governo aos grandes senhorios, construtores e especuladores, é uma medida de proporções monstruosas que poderá levar a que as rendas de milhares de famílias se multipliquem por 2 ou 3 vezes!

A possibilidade de declaração das empresas em «situação económica difícil», agora oferecida aos gestores de todas as empresas públicas, nacionalizadas, controladas ou intervencionadas pelo Estado e aos capitalistas privados, tem «só» os seguintes efeitos:

- Redução dos salários;
- Não aplicação dos contratos colectivos de trabalho;

- Suspensão sem prazo dos trabalhadores;
- Financiamento das empresas com o dinheiro do fundo de desemprego.

Esta é uma medida que só por si mostra que o falso governo socialista do dr. Soares apenas tem uma preocupação e uma maneira de agir: **sorrisos e prendas para os exploradores e cacete e mordida para os trabalhadores, subsídios, facilidades e indemnizações para os capitalistas e fome, miséria e desemprego para quem trabalha!**

milhares de despedimentos

Os despedimentos conhecem um novo surto de milhares.

Primeiro foi a lei dos despedimentos feita a pensar na CIP e nos patrões, debaixo do argumento cínico de que os trabalhadores, se queriam empregos, tinham que compreender que a melhor maneira era começarem por aceitar serem despedidos... e à custa de quatro milhares de despedimentos foram efectuados.

Depois seguiu-se a fúria das desintervenções, que continua cada vez mais intensa, mas deparando com uma resistência crescente por parte dos trabalhadores, com que o Governo do dr. Soares premeia os patrões sabotadores da economia nacional e que já levou a centenas de despedimentos repressivos.

Segue-se agora a nova modalidade que o ministro da indústria e tecnologia, chamou de «armazenagem» de trabalhadores que o capital entenda que estão a mais nas empresas. É só fazer a lista já que o fundo de desemprego, ou seja os trabalhadores, paga a miséria do salário mínimo que esses trabalhadores ficam a receber.

Como sempre, quando sentem a «liberdade e segurança» de explorar, os patrões não se fizeram esperar: 1 500 trabalhadores na Metalúrgica Duarte Ferreira, 800 na Algot, 400 no Pão de Açúcar, 50 na Ambar são apenas alguns dos despedimentos já anunciados ou concretizados e que poderão ir acrescentar-se aos mais de 20 000 já realizados este ano! Aliás foi o próprio Governo que deu o mote aprovando o famigerado projecto Roque Lino que poderá levar a mais de 1 500 despedimentos no sector da Comunicação Social e preparando despedimentos nas empre-

sas nacionalizadas (fala-se já em 2 000 na Rodoviária Nacional).

subserviência face ao imperialismo

A política burguesa de recuperação capitalista patrocinada pelo Imperialismo, é uma política fria e repressiva que assenta no aumento brutal dos lucros dos exploradores à custa de milhares e milhares de despedimentos e da redução drástica dos salários reais (10 por cento em 76 e mais de 25 por cento este ano).

A política burguesa de recuperação capitalista é uma política de satisfação total das exigências do grande capital nacional e estrangeiro: a concessão de todas as facilidades ao capital estrangeiro para pilhar as nossas riquezas naturais e explorar a força de trabalho do povo português e a entrega de mais de cem milhões de contos de indemnizações aos grandes capitalistas que alimentaram e se alimentaram do fascismo, só não entraram no «Pacote 2» por vergonha, uma, e por já ter sido aprovada, a outra!

O nosso Partido opõe-se firmemente a estas medidas e a todas as que se destinam a fazer pagar ao povo trabalhador a crise capitalista.

O nosso caminho é o da Resistência Popular Activa à política de recuperação capitalista. É o caminho da luta e não o da conciliação. É o caminho da resposta à ofensiva burguesa com a força organizada do movimento popular e não com a fraqueza das «plataformas» com o inimigo principal, irrealizáveis e desmobilizadoras.

contra o pacote 2

O MES chama, assim, todos os trabalhadores à luta contra a aplicação das medidas do «Pacote 2». O caminho que temos de percorrer é o da resistência firme, organizada e activa nos locais de trabalho e o da unificação das lutas por sector, região e a nível nacional.

É o caminho que a Corrente Sindical Revolucionária ergueu no Plenário de Julho da CGTP-IN propondo a convocação duma jornada nacional de luta, uma greve política e reivindicativa contra os brindes aos exploradores, como as indemnizações e a Lei Barreto, os despedimentos, pela conquista dos CCT's e pela aplicação do Caderno Reivindicativo aprovado no Congresso dos Sindicatos.

É o caminho que os trabalhadores do «Século» têm trilhado pela unificação da luta de todos os trabalhadores da Comunicação Social contra os despedimentos, pelos salários e pela liberdade de informação, que teve na manifestação do dia 28 uma importante iniciativa.

É o caminho dos sindicatos têxteis que desde já preparam a resistência aos projectos de reconversão capitalista do sector que, nos planos do Ministério da Indústria levariam a cerca de 40 mil despedimentos até 1980.

É o caminho da unidade, organização e luta das massas trabalhadoras contra o pacto social e austeridade capitalista de fome, miséria e desemprego.

É o caminho da unidade, organização e luta de todos os combatentes do movimento popular na Resistência Popular Activa à recuperação capitalista, ao autoritarismo burguês e à ingerência Imperialista.

É o caminho da unidade revolucionária capaz de forçar, no amplo e prolongado movimento de resistência e defesa das conquistas alcançadas, uma alternativa popular e anti-capitalista para a crise da sociedade portuguesa.

Poder Popular

Com este número entra mos no terceiro ano de publicação do nosso órgão central — O PODER POPULAR.

A substituição do nosso primeiro jornal — O ESQUERDA SOCIALISTA — por este corresponde a um importante salto qualitativo dado pelo MES, nos campos político e organizativo.

Ao longo destes 2 anos, a saída regular do PODER POPULAR — com a ampla mobilização de recursos, nomeadamente financeiros, que exige — não foi possível de manter em todos os momentos.

Encontramo-nos numa fase importante da vida do MES, empenhados num processo de trabalho e discussão que levará à realização do III Congresso. É pois imperioso que retomemos rapidamente a periodicidade regular que fomos obrigados a interromper.

A saída deste número representa a firme disposição de o garantir, contando não só com a dedicação e esforço dos militantes do MES, mas também com o apoio activo de todos os que sentem a importância política da saída regular do «Poder Popular».



O FOLHETIM DOS PACOTES (ou a venda de Portugal ao imperialismo)

15 de Dezembro 1976: Medina Carreira (Ministro das Finanças) e Silva Lopes (Governador do Banco de Portugal) partem para Nova York. Diz-se que vão negociar o grande empréstimo. Com eles vai o «Padrinho», o sr. Carlucci conhecido agente da CIA e hoje Embaixador dos EUA em Portugal.

31 de Dezembro de 1976: A visita é retribuída. O sr. Charles Yeo, Secretário de Estado do Tesouro do Governo dos EUA assina em Lisboa o compromisso genérico do Governo do dr. Soares acerca das condições dum empréstimo de 300 milhões de dólares.

7 de Janeiro de 1977: É noticiada a estadia em Lisboa de uma missão do Fundo Monetário Internacional. Como de costume o dr. Soares, desmente quaisquer condições económicas ou políticas postas aos empréstimos. Como de costume confirma-se o ditado popular de que é mais fácil apañar um mentiroso do que um coxo... o próprio Soares em entrevista ao «Expresso», mencionando o pé pelas mãos, declara que «o Governo está a negociar uma 1.ª tranche de 300 milhões de dólares. Ora só existe uma instituição que forneça várias «tranches» (fatias) de crédito: o FMI. E no caso português, devido ao montante da quota subscrita no FMI ela é de cerca de 50 milhões de dólares».

O dr. Soares encorajou-se assim de confirmar o que por fundamente tinha vindo a desmentir, isto é, que se assinava a «carta de intenções» relativa à 1.ª operação de crédito com o FMI, o Governo Português não poderia contar com os 300 milhões já prometidos, nem poderia continuar a negociar o grande empréstimo.

A «Carta de Intenções» é o documento que os países que se submetem às exigências do FMI assinam e através do qual aquelas passam a «inócentes» declarações de vontade própria. O cinismo de todas estas operações fica à vista na definição que o próprio FMI dá:

«A través das operações de crédito o Fundo participa nos programas financeiros e monetários dos países membros. Uma operação com o Fundo facilita as negociações de novos créditos de um país membro com instituições internacionais, bancos privados ou governos estrangeiros».

A substituição de «participação» por «impões» e de «facilita» por «é indispensável» é a chave para a compreensão do que se passa no caso português e é inabiltante camuflado pelo Governo de submissão ao imperialismo do dr. Soares.

11 a 22 de Janeiro de 1977: Os srs. Pajmáns, Kavaleki e Chudhri do Banco Mundial «discutem» com o Governo do dr. Soares as medidas económicas «sugeridas» por aquela instituição dominada pelos interesses do imperialismo norte-americano.

O relatório, curiosamente datado de 16 de Março mas entregue antes da partida, é suficientemente elucidativo da «originalidade» do chamado «Pacote 1». Nele se «propõe»: «1. Fazer descer progressivamente a taxa de inflação interna até alcançar a taxa internacional... através dum substancial redução dos salários reais.

2. Contar o crescimento do consumo real (leia-se reduzir o nível de vida do povo português). Reduzir o consumo privado, liberalizando os preços e limitando os aumentos de salários a 10-15 por cento (e nós a pensarmos que tinha sido o Gonella a inventar o 49-A/77...!). Reduzir o déficit do orçamento, não tolerando aumentos reais nas despesas ordinárias (leia-se baixar as despesas do Estado em Saúde, Educação, etc.), diminuindo os subsídios aos produtos alimentares, aumentando os impostos e os lucros das empresas públicas.

3. Encorajar a poupança privada com isenções de impostos e aumentando as taxas de juro.

4. Promover o investimento público e privado... a velocidade à qual pode ser restaurada a confiança da iniciativa privada e dos investidores estrangeiros depende da política adoptada pelo Governo no que diz respeito ao montante e à maneira como forem atribuídas as indemnizações aos acionistas das empresas nacionalizadas... o descongelamento das rendas de casa, ao menos das novas casas, e o assegurar da propriedade (leia-se fazer despejar os ocupantes das casas abandonadas ou não declaradas vagas especulativamente pelos senhorios) é necessário para reactivar o sector da construção civil.

5. Melhorar a situação da balança de pagamentos com uma política mais activa de taxa de câmbio (leia-se desvalorizar fortemente o escudo)».

É o conjunto de imposições do Banco Mundial, que o FMI viria mais tarde a ultimar e que estão na base do «Pacote 1» de 25 de Fevereiro.

Última semana de Janeiro de 1977: As negociações de empréstimo de 300 milhões de dólares não avançam. Em Lisboa e em Washington desmentidos e contra-desmentidos di-

zem que tudo vai bem... menos a assinatura do acordo final. Fala-se na exigência de ouro do Banco de Portugal como garantia.

9 de Fevereiro de 1977: A Missão do FMI abandona Portugal.

11 de Fevereiro de 1977: É assinado o empréstimo de 300 milhões de dólares com o Fundo de Estabilização Cambial dos EUA. O FMI cumpriu mais uma vez a sua função de Polícia Financeira, mas como o «Pacote 1» anunciado por Soares 15 dias depois ainda não satisfazia todas as exigências o empréstimo só foi formado das fatias mensais de 50 milhões...

15 de Fevereiro de 1977: O Governo dito socialista do dr. Soares assina o vergonhoso acordo que dá mais 15 anos de vida a «Rádio emissora que difunde de Glória do Ribatejo os programas, fabricados pela CIA em Munique, da chamada «Rádio Europa Livre», destinados aos países europeus do COMECON».

23 de Fevereiro de 1977: O sr. Carter adia os montantes norte-americanos para o grande empréstimo para o ano fiscal que começa em Outubro de 1977. O Governo do dr. Soares tenta desmentir oficialmente esta descarada forma de pressão, apresentando-a como grande prova de confiança na sua política.

Dois dias depois o «Pacote 1» dá a verdade...

25 de Fevereiro de 1977: É anunciado por Mário Soares o «Pacote 1» como grande iniciativa do Governo. A direita aplaude o FMI, o Banco Mundial e o imperialismo riem. O povo paga.

23 de Abril de 1977: O dr. Soares regressa a Nova York onde foi a convite de Carter



Capital e Governo prepararam o regresso de José Manuel de Melo à direcção da Lisnave. O seu a seu dono... e Soares devolve seus reinos aos barões da finança. E nós? Vamos nisso?

numa «importante e prestigiosa» viagem. Também tratou de empréstimos, para além de cocktails e de palestras nos vários meios capitalistas norte-americanos.

25 de Abril de 1977: O Governo do dr. Soares escolhe a data da libertação do fascismo para anunciar que o FMI concedeu a Portugal um empréstimo de 49 milhões de dólares. Como sempre em condições... Tal como na Inglaterra onde o FMI obrigou o governo do seu amigo social-democrata Callaghan a vender 20 por cento do capital da «British Petroleum» para reduzir a sua dívida pública.

O comunicado do FMI levanta o véu. Nele se diz que o Governo do dr. Soares assinou uma «Carta de Intenções». Quando? Qual o seu conteúdo? Soares e os seus «técnicos» nada dizem. Mas têm o rabo de fora. Pouco interessa que tenha sido assinada em Janeiro quando da vinda da missão do FMI ou em Abril quando da viagem do Soares aos EUA. O que interessa é que foi assinada e que os interesses imperialistas passaram a comandar a política económica socialista.

Conteúdo? O comunicado do FMI ajuda: limitação aos aumentos salariais, aumento dos impostos e dos preços dos serviços das empresas públicas, reformas na legislação de trabalho destinadas a aumentar a produtividade (leia-se facilidades aos despedimentos, liquidação dos CP's e do controlo operário), garantias aos investimentos estrangeiros, restrições às despesas orçamentais.

22 de Junho de 1977: Reunem-se em Paris representantes dos principais países imperialistas sob a batuta dos EUA e dos polícias económicos e financeiros mundiais — FMI e Banco Mundial — com o Ministro das Finanças e o Governador do Banco de Portugal. É decidido por 11 países e emprestar 30 milhões de contos a Portugal em ano e meio (dos 14 presentes 3 romperam a corda). O «grande empréstimo» é assim reduzido a metade em dólares e em tempo.

Os porta-vozes do imperialismo e do Governo do dr. Soares dizem que não há condições postas para o empréstimo. O ponto 5 da acta assinada pelo Governo dito socialista desmente-os:

«5. O Governo de Portugal, pelo seu lado, concordou em desolver, durante este período, um programa para uma maior estabilização económica, em colaboração com o FMI e espera concluir uma segunda fase de medidas antes do fim do ano».

O Ministro das Finanças Medina Carreira foi mais claro ainda, afirmando que o dinheiro só viria (em Outubro) depois de negociada a 2.ª fatia de crédito com o FMI de 49 milhões de dólares.

A capitulação face ao imperialismo do Governo do dr. Soares é cada vez maior: o FMI, pela acta de Paris é nomeado «Ministro do Planeamento e Coordenação Económica» de Portugal. O plano de média prazo apresentado na Assembleia da República tinha morrido antes mesmo da sua discussão. O «Pacote 2» estava em marcha.

Como bonas agiotas, os 11 países «amigos» não só fazem

depende os seus créditos das imposições do FMI, como apenas darão os dólares às pingui-nhas mensais. Será mais um contributo para a eficácia do «socialismo» capitalista de Soares.

19 a 22 de Julho de 1977: Desembarca em Lisboa nova missão do FMI com as novas receitas. O novo «Ministro» inspecionara «cuidadosamente» os números e documentos cuidadosamente ocultados ao povo português são servilmente referidos aos «técnicos» do FMI, desta vez chefiados pelo sr. Dini.

Equipa de alta «competência» pois, segundo tudo indica — pelo menos o um dos «técnicos» em o sr. José Manuel de Mallo, patrão do Grupo CUF, um dos pilares do regime colonial-fascista de rubado em 25 de Abril.

As «sugestões» foram apresentadas. Com efeito o relatório da missão concluiu:

- 1. A situação cambial é francamente preocupante;
- 2. É indispensável reduzir o déficit do sector público;
- 3. É necessário restringir o crédito concedido, especialmente ao sector público;
- 4. Os preços de alguns bens têm que aumentar;
- 5. Deve continuar a política de restrições às importações;

25 de Agosto de 1977: Mário Soares anuncia outro grande esforço de «originalidade» do seu Governo: o «Pacote 2». As medidas contra o povo trabalhador e a favor dos interesses do grande capital e do imperia-

lismo exigidas pelo FMI lá estão. O aumento das taxas de juro, por forma a que deixem de ser negativas (em relação à inflação) 7. As medidas financeiras adoptadas em 25 de Fevereiro são insuficientes e carecem de ser complementadas.

«Sugeria-se ainda: cortes no Orçamento Geral do Estado e nova desvalorização do escudo. As audiências são de tal monta que o novo código de investimentos estrangeiros, PS/PPD sobre o plano a médio prazo estavam a facilidade.

Ninguém divulgou mas parecesse que o sr. Melo, em nome dos pequenos e médios acionistas (claro!) fez, também algumas «sugestões» sobre matéria muito do seu agrado: indemnizações.

Julho de 1977: A Assembleia da República aprova a lei das indemnizações

Julho de 1977: A Assembleia da República aprova, o requerimento do PS, o adiamento da discussão do defunto plano de médio prazo.

2 de Setembro de 1977: 46 toneladas de ouro vão para os EUA para pagar o empréstimo de 300 milhões de dólares que o Governo do dr. Soares empre tinha dito que não tinha sido feito com garantia-ou-

16 de Setembro de 1977: O

rebatavam pelas costuras: a hierarquia tradicional dos Estados-Maiores começou a passar para segundo plano e em muitas unidades os oficiais direitistas foram saneados: os soldados começaram a organizar-se e, em 10 de Dezembro de 1974, surgiu a primeira Assembleia de Unidade no RE 1 na Pontinha; as campanhas de dinamização estenderam-se a todo o País.

A correlação de forças levou a hierarquia tradicional, para se salvar, a criar as graduções. O poder residia na Assembleia do MFA, instância não democrática mas que antes decorria da legalidade revolucionária que a impunha e que era reconhecida e apoiada pelas massas.

Hoje, o que resta deste processo ao nível do Poder — o Conselho da Revolução — é alvo dos ataques permanentes da direita militar e civil que entretanto se reinstalou. Ao nível militar os homens que ocupam os gabinetes dos Esta-

dos-Maiores têm novamente o controlo das hierarquias e vão tendo os meios de reduzir ao silêncio as vozes que denunciavam a situação.

Permite-se fazer pressões e até ameaças de desobediência ao governador militar de Lisboa que surtem efeitos (a propósito das previstas e depois anuladas comemorações da reunião de Évora do MFA em 9 de Setembro). Em muitas unidades militares do Exército, Marinha e Força Aérea a insubordinação que dá sobre as leis que nos regem chega ao ponto de ignorar a actual Constituição e restringir-se ao estudo da Constituição de 1933...

E enganam-se aqueles que pensam que fazendo aquilo que os fascistas fariam a senha revanchista fica aplicada. Não é fazendo cedências que se acumulam as forças capazes de travar o avanço da direita. Pelo contrário tal caminho só leva ao abandono de quem pode ser a única força capaz de apoiar os elementos democráticos das Forças Armadas: o Povo Trabalhador.

É ser reprimido Trabalhadores que se obtém o seu apoio?

Cento e oito banqueiros, representando 22 países, estiveram recentemente reunidos no Palácio Hotel do Estoril, no decorrer do VII Seminário para Banqueiros Estrangeiros promovido pelo Banco Português do Atlântico. O objectivo desta iniciativa era elucidar os referidos senhores sobre o estado actual da nossa economia e sobre os projectos que o Governo reserva para a indústria.

No entanto, e porque os banqueiros se mostraram interessados — o capital não investe à toa... — também veio à baila a situação do movimento sindical português e a actual fase de luta dos trabalhadores. E até houve quem falasse do controlo de gestão pelos trabalhadores, não sem salientar — por sossego dos senhores banqueiros — que isso correspondera a uma determinada altura da evolução política, mas que agora «já tinha passado à história». Assim mesmo: aqui ninguém falou na Constituição nem se manifestou qualquer respeito pelas leis consignadas.

Num outro passo do Seminário, e discutindo a necessidade de serem protegidos os seus investimentos, os banqueiros lembraram-se imediatamente da existência da Constituição. Segundo afirmou o dr. António Gameiro, director do BPA, alguns banqueiros manifestaram o seu desejo de ver os seus investimentos protegidos na própria Constituição.

UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA



Banco de Portugal depois de ter deixado o escudo desvalorizar 5 por cento anuncia o sistema de desvalorização de 1 por cento ao mês tal como o FMI tinha «sugerido». A vermincia com que o dr. Soares tinha desmentido a desvalorização fica a mostrar a «seriedade»

da política de recuperação capitalista patrocinada pelo imperialismo e a «espontaneidade» com que o Governo aplica as «sugestões» do Fundo Monetário Internacional surge na sua verdadeira dimensão de intolerável ingenuidade imperialista que o falso Governo Socialista

lista admite e esconde ao povo português.

24 de Setembro de 1977: Sousa Gomes, acompanhado de alguns tecnocratas do tempo de Marcelo Caetano, parte para Washington para negociar com o FMI; o «Pacote 3» está em marcha!

Carta de um soldado

Setembro de 1977

Sou um dos milhares de trabalhadores que foram incorporados nas fileiras militares para cumprir o que os lacaios da burguesia chamam «cumprir o dever para com a Pátria».

Mas pergunto a mim próprio: que Pátria vou defender?

A pátria que eles entendem é aquela que é constituída por capitalistas, latifundiários, e todos os parasitas deste País.

Aqui em Santa Margarida, pelo que contam alguns que

por cá passaram, não acho diferença nenhuma do tempo do fascismo. A disciplina é a mesma. O RDM fascista é metido à força na cabeça dos soldados mesmo que alguns não aceitem.

O abuso de poder por parte de furiéis e sargentos é frequente, dos oficiais reacionários nem se fala, dando castigos que não passam de ofensas à moral pública.

No fim-de-semana todos os soldados são obrigados a sair fardados enquanto os «chefes», do furiel ao major, saem vestidos à civil.

A intenção que nos é dada é baseada na seguinte «palavra de ordem»: marchar sim, falar não.

A luta contra todas estas injustiças é a mesma luta que travam os operários e camponeses deste País contra o capitalismo.

Só a organização dos soldados, ligada o operários e camponeses, pode acabar de uma vez por todas com tanta injustiça!

BREVE

O "CASSE-TÊTE" DA DEMOCRACIA

Na zona de intervenção da Reforma Agrária, quotidianamente, no cumprimento de ordens do Governo, a GNR agride, morde e pisa os trabalhadores rurais.

Diariamente, centenas de trabalhadores deixam de poder trabalhar porque o Governo desintervençiona e declara falidas as empresas que não dão lucros.

Entretanto avizinha-se acesas lutas, porque o Governo quer devolver aos capitalistas as empresas que dão lucros, recuperadas com o suor e sacrifício dos trabalhadores (enquanto os tais capitalistas agora recém-regressados passam «férias» no estrangeiro com o dinheiro que ilegalmente lá tinham).

Esta a grande crise que o País atravessa. Daqui o mal estar, daqui o descontentamento. A política do Governo não agrada aos trabalhadores. Por isso só à cacetada vai sendo aplicada...

Neste contexto, eis que Eanes exclama, que Soares reconhece: «há que alargar a base de apoio do Governo».

E como se faz isso? Soares explica: o PPD agrada aos americanos, que são nossos grandes amigos. E pois o aliado que não impõe.

Assim a GNR poderá bater, pisar e morder redobradamente. Para isso passa a contar com uma sólida maioria parlamentar...

SOCIALISTAS A CAVALO

Em entrevista transcrita pelo «Expresso», Barreto afirma: «A raiz de todos os incidentes graves ocorridos no Alentejo está nisso — o conflito que existe entre uma concepção tão utópica, muito de magia e de oportunismo político e uma visão da realidade».

Esta segunda posição seria, pois, a defendida pelo seu Ministério, pelo seu partido.

Deste modo a imagem (triste) que diariamente se nos depara no Alentejo, do homem a cavalo, fardado, de sabre em punho, agredindo seivaticamente os trabalhadores rurais... mais não seria do que a do militante socialista em plena actividade, em defesa da tal «visão da realidade»?

BANQUEIROS AINDA QUEREM MAIS GARANTIAS...

Cento e oito banqueiros, representando 22 países, estiveram recentemente reunidos no Palácio Hotel do Estoril, no decorrer do VII Seminário para Banqueiros Estrangeiros promovido pelo Banco Português do Atlântico. O objectivo desta iniciativa era elucidar os referidos senhores sobre o estado actual da nossa economia e sobre os projectos que o Governo reserva para a indústria.

No entanto, e porque os banqueiros se mostraram interessados — o capital não investe à toa... — também veio à baila a situação do movimento sindical português e a actual fase de luta dos trabalhadores. E até houve quem falasse do controlo de gestão pelos trabalhadores, não sem salientar — por sossego dos senhores banqueiros — que isso correspondera a uma determinada altura da evolução política, mas que agora «já tinha passado à história». Assim mesmo: aqui ninguém falou na Constituição nem se manifestou qualquer respeito pelas leis consignadas.

Nun outro passo do Seminário, e discutindo a necessidade de serem protegidos os seus investimentos, os banqueiros lembraram-se imediatamente da existência da Constituição. Segundo afirmou o dr. António Gameiro, director do BPA, alguns banqueiros manifestaram o seu desejo de ver os seus investimentos protegidos na própria Constituição.

GUINÉ-BISSAU

4 anos de independência

O Movimento de Esquerda Socialista saudou fraternalmente o povo da República da Guiné-Bissau e a sua vanguarda revolucionária — o PAIGC — pelo aniversário da independência nacional, proclamada há quatro anos em Madina do Boé, e que foi obtida à custa de incontáveis sacrifícios numa prolongada guerra de libertação, sob a direcção e a inspiração do grande Amílcar Cabral.

Os militantes do MES, que lutaram contra o regime colonial-fascista que oprimia os nossos povos e que, depois do 25 de Abril, combateram as tentativas neo-colonialistas, encontraram-se muitas vezes lado a lado com os valorosos combatentes do PAIGC.

As grandes e duras tarefas de reconstrução nacional e da edificação de uma nova sociedade são agora o prolongamento da luta de libertação. Perante as manobras incessantes do Imperialismo, que no nosso país se traduzem num processo de recuperação capitalista que visa destruir as conquistas dos trabalhadores portugueses, o MES reafirma a sua solidariedade militante ao PAIGC, na certeza de que as metas apontadas serão alcançadas e que o III Congresso — o Congresso da independência para a unidade e o desenvolvimento — significará um vigoroso passo em frente para os Povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

A LUTA CONTINUA!
VIVA O INTERNACIONALISMO MILITANTE!

Lisboa, 24 de Setembro de 1977
O Secretariado do CC

TIMOR-LESTE

Uma nova fase na luta de libertação

A luta silenciosa do povo de Timor-Leste dirigida pela FRETLIN contra a agressão indonésia deu mais um passo decisivo. E quando os combatentes e todo o povo assistem heroicamente, de armas na mão e comendo exclusivamente com as próprias forças, o inimigo, desesperado face à comprovada impossibilidade de uma vitória militar, multiplica as manobras para dividir a Fretilin e assim enfraquecer a resistência popular.

É neste quadro que se deve compreender a permanente campanha de informações falsas difundidas pelas agências ligadas ao imperialismo e pela imprensa burguesa, como a recente notícia de uma ofensiva de 15 000 soldados indonésios para tomar a independência.

É também neste contexto que se encontram os recentes acontecimentos no interior da Fretilin, com a expulsão de alguns elementos do Comité Central e a substituição de Xavier do Amaral por Nicolau Lobato na presidência do Partido e da RDTL.

Como se explicam estes acontecimentos? A ditadura fascista de Suharto, a braços com a crise económica, com a crescente resistência popular e com uma guerra colonial sem saída, está à beira do colapso. Então, a

burguesia indonésia procura afanosamente uma progressiva «liberalização» política, que permita a substituição do regime sem pôr em causa o sistema.

Nesta perspectiva, um grupo de generais «liberais» procura uma solução política para a guerra de Timor-Leste, na certeza de que uma vitória militar não é possível. Vai daí, infiltra agentes na RDTL e procura contactos com vista a um compromisso. Xavier do Amaral e alguns poucos elementos do CC defendem a necessidade de negociações com o inimigo e por isso são substituídos por dirigentes que, de facto, têm assumido desde o início a direcção revolucionária da luta.

É por isso que a guerra de libertação deu um passo decisivo, colocando à margem os dirigentes hesitantes e traidores e assumindo assim claramente a luta do povo de Timor-Leste um carácter revolucionário de classe, com vista à expulsão definitiva dos invasores e à construção de uma sociedade socialista.

O MES, que desde o início tem apoiado a activamente a Fretilin mantido com esta organização as relações mais fraternas, saudou calorosamente todos os combatentes da RDTL e o seu novo presidente Nicolau Lobato.

“Os loricos voltaram a cantar”

Saiu recentemente a público o livro «Timor Leste: Os Loricos Voltaram a Cantar... Das Guerras Independentistas à Revolução do Povo Maubere», da autoria de Abílio Araújo.

Surgido numa altura em que a volta do problema de Timor Leste, por um lado, os saudosistas do colonialismo português choram a «separação» forçada do Povo Timor que sempre queria ser português», e, por outro lado, os expansionistas indonésios clamam «a livre escolha do Povo Timor em ser indonésio», este livro é um claro desafio. Com efeito, a sua análise sobre o processo histórico do Povo Timor nos últimos cinco séculos período de desagregação das estruturas sócio-políticas e económicas da sociedade Ti-

mor, e do lançamento dos alicerces para a formação da nova nacionalidade Timor... proporciona ao leitor a oportunidade para se inteirar, talvez pela primeira vez, da acção histórica do Povo Timor, e por conseguinte, do seu desejo manifesto no decurso da sua História.

“TIMOR LESTE
Os loricos voltaram a cantar
Das Guerras Independentistas à Revolução do Povo Maubere”

Preço: 900 00
Distribuidora: CULTURA NOVA,
Distribuidora de Publicações, Lda.
Rua Tomás da Anunciação,
7-c/v-d
Tel. 923 526
ODIVELAS

DIREITO À HABITAÇÃO?

NÃO! DIREITO AO DESPEJO!

O 25 de Abril veio encontrar em situação dramática a questão da habitação. Viver numa casa digna era luxo só de alguns. Os trabalhadores amontoavam-se em partes de casa ou eram empurrados para bairros de lata, enquanto os senhores mantinham casas devolutas com intenções especulativas e as empresas da construção civil se dedicavam quase exclusivamente à construção de habitações de luxo, inacessíveis aos seus magros salários.

Segundo estatísticas da altura, cerca de 500 mil famílias viviam nas piores condições, em casas de gradadas, em ilhas e bairros de lata, em quartos a partes de casa. Mais de 3 milhões de pessoas viviam em casas sem electricidade e sem retretes. 4 milhões e meio não tinham água. 6 milhões não tinham casa de banho.

Após o 25 de Abril e durante a fase da ofensiva popular que se lhe seguiu, foram dados importantes passos no sentido da resolução deste problema. As rendas de casa foram congeladas. Os moradores organizaram-se e criaram comissões e associações para tentarem resolver os seus problemas. Muitas casas devolutas foram ocupadas, (só em Lisboa tiveram lugar entre 10 e 20 mil ocupações). A própria Constituição consagra o direito de todo o homem a uma habitação digna. Também consagra o direito de os moradores, através das suas organizações — comissões e associações — serem ouvidos sobre as leis que lhe dizem respeito.

Após o 25 de Novembro, e com a recuperação capitalista em marcha pela mão dos vários governos «socialistas», a questão da habitação volta



As casas voltam aos senhores que as alugam por rendas que dão bons lucros (quando não as deixam vazias à espera de melhor oportunidade...) Entretanto, quem não pode pagar, mora na rua!

a ser vista à luz dos princípios de antes do 25 de Abril. O senhorio volta a ser o principal protegido pela lei, enquanto o inquilino vê restringirem-se os seus direitos e garantias. De novo o divino (pela Bíblia capitalista, entenda-se!) direito de propriedade prevalece sobre o direito à habitação.

O Governo que no seu programa calculava a falta de casas em 650 mil (e se propunha fazer 65 mil por ano) justificava as sucessivas medidas contra os inquilinos, (novas causas de despejos, aumento de rendas, etc) pela necessidade de tornar rentável o investimento! Mais uma vez são os critérios capitalistas que prevalecem. O objectivo da construção civil já

não é resolver o problema da habitação. O objectivo central é, de novo, o LUCRO!

Saliente-se que o Governo dispõe das condições necessárias para meter ombros à resolução do problema, já que grande parte do sector da construção civil se encontra nacionalizado ou internacionalizado. Mas não! O Governo não está interessado em fazer frente às carências habitacionais, em virar essas empresas que controla para a construção de habitações sociais. O objectivo é outro: desinteressar e, em muitos casos, entregar aos antigos patrões! Assim as empresas voltam a construir, não para quem necessita de uma casa, mas para quem tem

o dinheiro para pagar preços «rentáveis».

Só a Resistência Activa de todos os moradores, de mãos dadas com todos os explorados, pode fazer alterar o rumo aos acontecimentos. O caminho a apontar é o do reforço (ou reconstrução) da organização nas Associações e Comissões de Moradores; é o da participação nas Assembleias de Freguesia, exigindo que tomem posições claras quanto a este problema; é o do lançamento de uma vasta movimentação popular de repúdio pelos despejos e pela actual política do Governo, exigindo a discussão pública da política habitacional e medidas que garantam o direito à habitação que a Constituição consagra.

BREVE HISTÓRIA

MAIO DE 74 — Congelamento das rendas de casa. Primeiras ocupações: de bairros sociais cujas casas eram distribuídas, por complexo sistema de cunhas, a polícias, pides e altos funcionários (ex: Bairro 2 de Maio na Ajuda, e Bairro de Chelas).

12 SET. 74 — Decreto 445/74, cria uma tabela de actualização de rendas em caso de novo contrato. As rendas das casas a alugar pela primeira vez permanecem livres.

Não é criado qualquer serviço de fiscalização para saber se as casas estão ou não alugadas.

JAN. DE 75 — Segunda fase das ocupações feitas sobretudo por pessoas que viviam em partes de casa. (Os habitantes de bairros de lata, nessa altura já organizados em comissões, pretendem antes resolver os seus problemas colectivos). Estas ocupações estendem-se por um largo período Surtem as Comissões de Ocupantes C.R.A.M.O.).

14 ABR. 75 — Dec. 198A/75. Cria mecanismos de legalização das ocupações já realizadas, mas estabelece muitas restrições quanto à definição das casas que podem ser ocupadas. A lém disso pune com 2 anos de prisão as ocupações posteriores.

MAI/JUN. 75 — Nova vaga de ocupações. levadas a cabo sobretudo por retornados. Por esta altura dão-se as primeiras tentativas de despejos. Porém a PSP, face à resistência dos moradores não insiste. Os soldados do COPCON enviados com intenções semelhantes, acabam por se solidarizar com os ocupantes.

VI Governo — Novas tentativas de despejo, encontram pela frente grande resistência popular. Até ao 25 de Nov quase nenhuns se efectivaram.

Após o 25 NOV. — Sucodem-se e intensificam-se os despejos lançando os senhores mão de processos jurídicos variados: acção de despejo, acção de reivindicação de propriedade e acção de restituição provisória de posse. Note-se que esta última modalidade permite despejo imediato, acompanhado de aparato policial, só posteriormente havendo intervenção do tribunal...

Fins de 76 — Lei dos Solos — De novo são permitidos despejos para demolição e nova construção, com mais fogos.

JUN. 77 — Sai uma lei já anunciada por Almeida Santos desde a campanha para as Autarquias como «visando suspender os despejos». Na verdade assim não é. Esta lei apenas se aplica a inquilinos e não a ocupantes) e apenas dilata o prazo dos despejos.

Almeida Santos cria o Fundo de Apoio à Habitação. Parece tratar-se de um organismo de apoio aos moradores em dificuldades. Engano! Trata-se de um organismo de apoio aos senhorios: em caso de o inquilino não pagar a renda (por impossibilidade económica, por ex.) o Fundo paga ao senhorio — o inquilino, esse, vai para a rua.

Quando à criação de toda esta legislação, nunca as organizações de moradores foram ouvidas. Quando em Junho deste ano Almeida Santos (finalmente) recebeu uma delegação da Associação dos Inquilinos Lisboaenses que protestou por este facto, respondeu: «têm toda a razão! Esqueci-me!»

ARMADILHA PARA OCUPANTES

JUL. 77 — Nova lei que visa acelerar a resolução das situações pendentes relativas a casas ocupadas: o ocupante ou aluga ou vai para a rua.

Mecanismo de legalização das ocupações: o ocupante tem de tentar entrar em contacto com o senhorio. Vai ao notário e marca uma data para se encontrar lá com ele. (Segundo uma alteração feita em Setembro a esta lei o senhorio tem de ser citado judicialmente. Isto implica, para o ocupante, maior despesa e de um custo a advogad). Depois, e só depois, de dar estas passes e em caso de não haver acordo, pode o ocupante recorrer aos tribunais para salvaguardar a sua posição.

Note-se que o prazo para solicitar esta tentativa de encontro com o senhorio termina, segundo a mesma lei, em 17 de Outubro de 77. Quem não o fizer, não pode depois recorrer aos tribunais...

Como se vê trata-se de uma armadilha para colocar os ocupantes numa posição em que não mais possam fazer valer junto dos tribunais os direitos que a legislação lhes confere.

Paquete 2 — Finalmente, o famigerado «Paquete 2» prevê uma actualização geral das rendas de casa. É uma medida que abrange toda a gente. A tabela das actualizações do 447/74 passa a aplicar-se a todos os contratos realizados entre 1943 e 1968.

Deste modo se torna extremamente rentáveis os investimentos (já feitos) na habitação. Além disso, para o futuro, todas as rendas serão actualizadas de 2 em 2 anos. Que novas surpresas nos reservará o próximo pacote?

ERROR FASCISTA INSTALA-SE NA ALBA

Despedido o delegado Sindical Victor Moreira!

Uma atitude prepotente e esta a gerência da ALBA pediu sem justa causa o cado Victor, trabalhador que se distingue na defesa interesses dos trabalhadores ALBA. Os motivos alegados pela entidade patronal rem uma baixeza moral que os cobardes e aqueles a m falta a razão para justifi- seus miseráveis actos m. Qual foi o «crime» do larado Victor?

Por razões de doença três alhadores da Alba que não beram o Subsídio de Natal 1976. Todos os trabalhado- que estejam com baixa nor- mente recebiam o subsídio Natal através da Caixa. Este a Caixa recusou-se a pa- alegando que o pagamento cabe à entidade patronal. a diz que é aquela. Neste jasse, restou ao Sindicato borar processos para enviar Comissões de Conciliação ulgamento, organismo ligo- ao Ministério do Trabalho,) tem por função resolver a via de acordo entre as tes, os conflitos que surgem re trabalhadores e patrões. Os elaborar os processos o dicato notificou os três tra- hadores que tinham requeri- o Subsídio a fim destes os sinarem e seguirem para as missões. Um dos trabalha- res por se encontrar doente, diu por intermédio do genro, mheiro trabalhador da ALBA, camarada Victor para este sinar a seu rogo. Deslocan- se ao Sindicato e aqando stá assinatura, um funcio- rio disse ao Victor que havia is processos para assinar. is disse que os traria, a fim os trabalhadores assinarem devolvêrem. Tal não foi per- tido, pois é norma do Sindi- o, por questões de segu- nça, não deixar sair docu- mentos, daí, Agindo de boa-fé pretendendo evitar uma via- m ao Sindicato aos trabalha- res, o Victor ofereceu-se pa- a rogo dos trabalhadores a r o seu nome no requerimen-

É importante referir que, ao contrário do que afirmam os caciques que também se aporiam à entidade patronal, para tenta- rem arranjar clientelismo para as suas sórdidas e sujas manobras, actuando a soldo daque- la, o camarada Victor não fal- sificou qualquer assinatura conforme se poderá verifi- car pelas fotocópias que o Victor entregou aos trabalhado- res, tendo-lhes ainda dito que estes poderiam desistir do Subsídio, bastando para isso avisar o Sindicato.

Porém como em todas as épocas, há sempre quem, cobardemente, seorne traidor dos seus camaradas e no momento das grandes pções, quando é preciso estar dum dos lados da barricada, se colocam do lado dos que querem continuar a ser donos do mundo, contra os que nada têm e tudo fazem.

Mais uma vez na Alba a história do gato escondido com o rabo de fora se repetiu. Mais uma vez houve quem não tivesse sentimento de solidariedade para com um camarada digno da classe a que pertence e não assumindo as suas responsabilidades, estes traidores, quiseram receber o que por acaso a Lei, até lhes confere, mas tiveram medo do patrão!

Traíram o camarada Victor e venderam, num gesto cobarde, a sua personalidade própria e o seu carácter (que já se vê, não é nenhum) ao patrão, seu inimigo de classe. Esta despede o camarada Victor. Aqui mais uma vez se acendeu a luta de classes. Sim, porque esta atitude do patrão, ninguém de boa-fé e com um mínimo de visão pode deixar de concluir que é uma vingança. É a «caça às bruxas» na Alba. O patrão matou dois coelhos dum tiro: por um lado elimina o camarada Victor que tem sido a vanguarda de classe dos trabalhadores na ALBA.

Por outro, pretende assustar outros que agora já começam a ver claro o que são antagonismos de classe entre quem

vende a sua força de trabalho e quem dela se apropria, os quais vêm apoiando o Victor. Mas, sem romantismo revolucionário, antes com o sentido das realidades e com a certeza de quem está de lado da razão, mesmo mais difícil a luta continua. E, apesar de tudo, dentro do actual quadro da democracia burguesa limitada, com o crescente reforço da repressão e do autoritarismo burguês, espera-se que a sentença do tribunal venha a ser favorável ao camarada Victor. Ainda muito está por jogar. A entidade patronal não deverá ainda cantar vitória.

O Secretariado do Núcleo de Albergaria do MES ao tomar a seu cargo a saída deste comunicado, tem como certa a justiça desta posição e assume-se como uma clara posição política. Na realidade que se está a passar é um despedimento político.

O que o patrão nunca pode perdoar ao Victor foi ele, primeiro sózinho, depois já acompanhado, ter entrado nas greves decretadas pelo Sindicato, ter feito plenários de fábrica e ter impulsionado de forma decisiva a eleição da Comissão Sindical.



São derrotas duras que costumam a engolir a quem sempre quis, mandou e pôde.

Aos trabalhadores da ALBA, lembramos que só erguendo a Resistência Popular Activa, contra atitudes deste género é que os trabalhadores as evitarão. Só com firmeza é que os revolucionários se opõem aos que os pretendem esmagar. A

violência reaccionária tem que se responder com a violência revolucionária. Lutar pela reintegração de Victor é um acto de violência revolucionária.

Albergaria a Velha, 12 de Setembro de 1977

O Secretariado do Núcleo de Albergaria a Velha do Movimento de Esquerda Socialista - MES.

SECTOR TÊXTIL: A Portaria de Regulamentação de Trabalho é uma meia vitória

Após uma prolongada e dura luta, os trabalhadores têxteis viram publicada pelo ministro Gonetinha a PRT para o sector.

Sob vários aspectos ela constitui uma derrota: os têxteis vão continuar a ser o sector mais mal pago da indústria transformadora e rega-

lias obtidas em anteriores CCT's foram perdidas.

Mas sob muitos outros aspectos ela constitui uma importante vitória: o processo de luta desenvolvido, em que milhares de trabalhadores participaram pela primeira vez, especialmente no Norte, a combati-

vidade alcançada de que são exemplo as manifestações de Guimarães, Barcelos, Porto, Lisboa, Portalegre, e Covilhã, o reforço da consciência de classe, são conquistas que ficam para além dos resultados imediatos da luta e que os patrões e o seu governo não poderão destruir facilmente.

É preciso compreender os motivos que levaram a esta vitória parcial, fazer o balanço do processo e tirar daí as lições para o futuro.

Nós sempre defendemos, e connosco a Corrente Sindical Revolucionária, a via da luta nos locais de trabalho para obrigar o patronato a ceder não deixando que a resolução dos contratos se faça por via administrativa. A isto se opuseram os reformistas, que propagando a ideia de uma «PRT justa», criaram ilusões nos trabalhadores, os desmobilizaram para a luta pelo CCTUV e conduziram este para um ponto em que os patrões, escondendo-se atrás do governo que lhe faz a vontade, tiveram a tarefa facilitada. E para levarem a água ao seu moinho partidário não hesitaram em boicotar as decisões tomadas como foi o caso do grande plenário de delegados a nível na-

cional em Coimbra, em Julho, ou a jornada de luta de 13 de Julho. O resultado desta tática e desta prática dos reformistas está à vista: a portaria «justa» do Gonetinha.

As medidas do «pacote 2», impostas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e aceites obedientemente pelo governo do dr. Soares (são todos bons rapazes...), vão atingir duramente o sector têxtil pondo os trabalhadores perante difíceis e duras batalhas das quais duas das mais importantes são a luta contra o aumento dos despedimentos, individuais e colectivos, e a luta contra o regresso dos patrões nas empresas intervencionadas, em autogestão e cooperativas.

E para modificarmos a situação a nosso favor, para sairmos vitoriosos dela, só através da unidade, da organização e da luta, nos locais de trabalho e a nível de todo o sector, erguendo a resistência popular activa por um governo de independência nacional e combatendo as ilusões reformistas que fazem dos corredores dos ministérios ou da Assembleia da República locais privilegiados da resolução dos problemas dos trabalhadores.



COOP. OPERÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DA FIGUEIRA DA FOZ: Contar com as próprias forças

As promessas de Socialismo de Mário Soares já não enganam os trabalhadores. Para quem ainda acreditava nelas, as recentes medidas governamentais esclareceram bem que dr. Soares nada quer com Socialismo e até gozista muito pouco daqueles que lutam por ele.

De facto, que o «socialismo» quer dar o governo quando a vida, o desemprego, destruir as organizações dos trabalhadores e impôr cada maiores restrições à liberdade que conquistámos após 5 de Abril de 1974?

É perante esta realidade e a necessidade de resistir à política antipopular e antiope- rária do Governo de Mário Soares que os trabalhadores, con- cordando com as suas próprias forças, se procuram organiza- rem, de imediato, assegurando a sua sobrevivência. A

criação de cooperativas, como foi o caso do aparecimento da Cooperativa Operária de Construção Civil da Figueira da Foz, é uma solução muitas vezes adoptada pelos trabalhadores.

«Poder Popular» contactou os operários do grupo inicial que lançou aquela cooperativa e procurou informar-se sobre os diversos aspectos do processo, nomeadamente como surgiu a ideia de formar a cooperativa, as dificuldades levantadas e os poucos apoios com que contam os trabalhadores:

... Seis de nós trabalhávamos na Empresa Arquitectura e Construções e já há alguns meses que não recebíamos salários. As vezes davam-nos qualquer coisa, mas outros meses não recebíamos nada.

Apoiados pelo nosso Sindicato resolvemos arrancar com a cooperativa, pois achamos que o sector oferece boas perspec-

tivas de trabalho. A ideia aderiram imediatamente mais oito camaradas, despedidos de outras empresas.

E, outro operário prossegue: — Depois fomos à Câmara dizer claramente ao presidente que não íamos requerer o mísero subsídio de desemprego, mas apenas queríamos que nos dessem conhecimento das obras que estavam para executar, e nas quais os empreiteiros não pagavam por não lhes cheirar a negócio chorudo...

No entanto, os operários da Cooperativa de Construção Civil da Figueira da Foz também depararam com algumas dificuldades. Com o pouco dinheiro que tinham compraram algum material de construção; mas logo depararam com o problema das instalações, questão também já resolvida com o empréstimo de parte da

se do nosso Partido àqueles trabalhadores.

Sobre a actual situação de cooperativa, um outro operário esclareceu:

... Neste momento já recebemos 300 contos, o valor da primeira obra que fizemos. Para execução temos obras no valor de 1500 contos. Vamos continuar a trabalhar colectivamente, como até aqui, e é muito possível que dentro de pouco tempo possamos alargar a cooperativa. Se tivirmos trabalho para 50 por dia não recusamos a entrada e ninguém.

Em jeito de conclusão, um dos operários lembra ainda:

... A política seguida pelo Governo dito «socialista» está a desgracar o povo trabalhador. Os patrões até chegam a fazer contratos de mês a mês. Nós temos de criar cooperativas para responder a tudo isto.

CUNHADOS...

Funcionário de serviços. O cunhado, expropriado, foi a causa principal das suas posições reaccionárias.

— Coitado! Vive bem e agora ficou sem nada...

Vociferava. Praguejava. Contra os «gonçalvistas». Contra os «equerdistas». E os «ladres de terras».

Agora o cunhado, o tal que ficou sem nada, por descuido, comprou uma vivenda no Algarve. E o nosso funcionário de serviços, que trabalha há muitos anos sem passar da cepe torra, passou a fumar à boca cheia:

... Nunca mais defenderei o meu cunhado. Olha o sacaneta!

Quantos portugueses não andam iludidos com a emulação dos cunhados, alguns dos quais com dinheiro acutelado nas gavetas da Suíça ou noutras, numa altura em que se diz que o país está em crise (para aumentar salários), mas não o está para conceder milhões a estes pobres cunhados.

REFORMA AGRÁRIA

Os trabalhadores defendê-la-ão!

A ofensiva da burguesia contra a Reforma Agrária — com o Governo do PS a funcionar, inevitavelmente, como «a rjeira» — cresceu, nos últimos tempos. Acompanhando, afinal, com facilidade e lógica, o avanço da direita e do capitalismo, que o nosso povo vem sentindo, a todos os níveis. Contrariamente, refira-se desde já, que os reformistas querem fazer crer, apontando como responsáveis um ministro, mais outro, mais um secretário de Estado, mais outro subsecretário. Com o que procuram escamotear a responsabilidade do Governo em bloco, com o que tentam esconder a condição de mandatários do imperialismo, assumida pelo sr. Soares e sua equipa.

Ora, os incidentes recentemente ocorridos no distrito de Évora, na UCP «22 de Julho», próxima de Aguiar, é, depois, na UCP «6 de Agosto», em Arraiolos) provocados — e aplicamos o termo na sua acepção plena — pela movimentação de aparatosos dispositivos da GNR, são a prova evidente. Acresce dizer que outras, muitas outras reservas vão ser entregues, aos grandes agrários. Segundo número os oficiais, só no distrito de Beja são 16. Para já! E, três dias atrás, em Évora, realizou-se uma «estranha» e quase secreta reunião entre o comandante distrital da GNR e os dirigentes dos Centros Regionais da Reforma Agrária da Zona de Intervenção. Para planeamento operacional, é óbvio...

O SIGNIFICADO DOS ACONTECIMENTOS DE ÉVORA

Não cabe, neste curto espaço, a narrativa — até porque já por demais feita — dos acontecimentos de Évora.

Mais vale, portanto, tentar extrair deles o seu significado, pleno de riqueza.

Assim, ressalta imediatamente a empolgante resposta

do proletariado rural alentejano, em defesa da Reforma Agrária, conquista devida, primeiramente, à sua luta heróica, contra os latifundiários, pelo pão, pelo emprego. E, também pela Independência Nacional.

O que se passou em Évora — e o que irá ser tentado em Beja, em Portalegre, em Setúbal e em Santarém — vem demonstrar a correção da análise que o nosso Partido faz do problema (veja-se as conclusões da II Conferência Nacional «Sobre a Questão Agrária», Coleção «Cadernos do MES, n.º 6»).

E, implicitamente, vem alertar, deve vir alertar, todos os camaradas para a importância do reforço — e clarificação — da organização, única via para a aplicação prática dessa indispensável correção teórica. A provocante exibição dos grandes efectivos policiais, os meios operacionais empregados, são significativos do interesse do Governo no estabelecimento de um ambiente conflituoso, nas Unidades Colectivas e nas Cooperativas. Ora, obrigando os trabalhadores a dedicarem especial atenção à defesa da terra, consegue-se desviá-los do trabalho.

As intenções são evidentes: quando os rurais alentejanos se dispõem a uma grande campanha nas sementeiras (possível meio de recuperação do mau ano agrícola que passou, influenciado — como o próprio MAP reconhece — por condições atmosféricas adversas), o Governo lança-se ao assalto. A tática já foi aplicada — com as devidas correções — em todos os outros sectores do trabalho. Há que demonstrar que as UCPs e Cooperativas não se vem. Há que demonstrar que a solução passa pelo regresso aos velhos — mas passíveis de renovação, para isto estão cá os técnicos israelitas... e outros virão — moldes capitalistas.



O PAPEL DOS REVISIONISTAS EA IMPORTÂNCIA DO MES

Os revisionistas do PCP, com efectiva e indesmetível implantação entre os trabalhadores do Alentejo, continuam a instrumentalizar essa força, a canalizá-la para o único terreno que pisam: a negociata, o acordo de gabinete. Tendo sempre na mira o namoro com o poder (agora o PS, logo o PS mais o PPD, e o que a seguir se verá), na defesa da «legalidadezinha» que vá permitindo a disputa de uma ou outra secretaria, aproveitando o tempo para aumentar a implantação entre a pequena e média burguesia, assustadíssimas, como se sabe, perante qualquer pro-

posta revolucionária.

Assim se compreende, claramente, o aproveitamento da força popular que (o seu nome) movimentam, para instrumento de pressão nesses acordos de cúpula.

E claro: isto é traição. Logo, por definição, é escondido aos traidos. É por isso que o PCP mente, ao afirmar que é já a Lei Barreto que se aplica, no Alentejo. O PCP mente, porque a actual fase do processo de ataque à Reforma Agrária consiste, unicamente, na aplicação do «Pacto sobre a Reforma Agrária», celebrado entre os partidos do VI Governo Provisório: o PS, o PSD, e o PCP.

E tem cabimento recordar, aqui, uma manifestação de cooperativas de Alentejo, ainda o «direito de reserva» estava na gaveta, na qual se denun-

ciou o «Pacto», e se lançou o alerta para as suas inevitáveis consequências. E que o PCP tentou desmobilizar, através de importantes quadros locais, invocando o perigo dos... «esquecidismos».

Ora, esta prática ainda resulta, em parte, devido à burocracia — e outras incorrecções — que marca a actuação das comissões directivas das UCPs e Cooperativas.

E ainda resulta, principal-

mente, porque os rurais não apenas não tiveram a oportunidade de, de novo, a questão: A alternância passa pela...

Sabemos que este terá de ser articulado, e a prazo, caminho a trilharmente o forte leme deve concitar o em de todos os milita-



Lei Barreto em parada...

Memória de ocupação Arraiolos

É na rua do Monte. Contra as mãos vazias e os corpos se armam capacetes, escudos, cacetetes, pistolas gè-três.

Ao fundo blindados. ...e este equipamento lembrava o antigo...

Tenta-se chegar à fala. Dão cinco minutos para retirar.

Avançam. Dispam essa farda!

A gente é que produz o que vocês comem: venham trabalhar connosco!

Larguem as armas que a gente também as não tem!

É isto o governo democrático que a gente tem?! — lá vai preso o camarada.

Al começa a pancada a valer.

É os cães. Os cavalos se-guem de lado.

E quando toca a pancada são os velhos que as apanham.

Outros já vão além; agora trazem um de rastos.

Uma pedra atirada motiva as vergastadas nos troncos nus, nas pernas, nas cabeças dos que, um a um, são obrigados a descer da rolote da partida. Já fora da extrema da propriedade.

Tempos depois, sentados pelo chão eles bebem vinho e cerveja. Comem.

Perguntam, rindo, a uma mulher que chega, se vem também à festa.

Que festa é esta?